



CORE-TO

**Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do
Tocantins**

Relatório de gestão do exercício 2016

Relatório de gestão do exercício 2016

Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Nota Explicativa do Organograma	
Comparativo de receitas	2016
Boletim de Ocorrência	N 48789 - Dano ao Erário
Resolução 1.091/2017 Confere	Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2016

Sumário

2 - APRESENTAÇÃO	6
2.1 APRESENTAÇÃO	6
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	7
INTRODUÇÃO SEÇÃO	7
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	7
3.2 NORMAS	9
3.3 HISTÓRICO	10
3.4 ORGANOGRAMA	11
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	17
INTRODUÇÃO SEÇÃO	17
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	17
4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	18
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	22
4.2 RESULTADOS	23
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	24
4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	25
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	28
4.3.3 RECEITAS	29
4.3.4 DESPESAS	32
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	35
4.5 INDICADORES	36
5 - GOVERNANÇA	39
INTRODUÇÃO SEÇÃO	39
5.1 GOVERNANÇA	39
5.2 DIRIGENTES	40
5.3 AUDITORIA	44
5.4 APURAÇÕES	45
5.5 GESTÃO RISCOS	46
5.6 REMUNERAÇÕES	47
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	48
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	49
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	49
6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	50

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	51
6.1.3 GESTÃO DE RISCOS	53
6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	54
6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	55
6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	56
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	57
INTRODUÇÃO SEÇÃO	57
7.1 CANAIS DE ACESSO	57
7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	58
7.3 TRANSPARÊNCIA	59
7.4 ACESSIBILIDADE	60
8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	61
INTRODUÇÃO SEÇÃO	61
8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO	61
8.2 NCASP	62
8.3 APURAÇÃO CUSTOS	63
8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	64
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	92
INTRODUÇÃO SEÇÃO	92
9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU	92
9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO	93
9.3 DANOS AO ERÁRIO	94
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	95
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	95
11 - ANEXOS E APÊNDICES	96
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	96
ASSINATURA(S)	103
12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	104
12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	104

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Apresentação da forma como está estruturado o relatório de gestão

Este Relatório de Gestão está estruturado de forma a atender às exigências para prestação de contas do ano de 2016, estando ainda de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

Principais realizações da gestão no exercício

Dentre as principais realizações deste exercício, destacam-se: adequações para cumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à informação), a realização do atendimento itinerante no Norte do Estado do Tocantins, realização de duas semanas para conciliação e regularização de inscritos, bem como melhorias consideráveis no cumprimento de sua competência fiscalizadora.

Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

O cenário econômico-social brasileiro foi tido como a principal ameaça à existência do Conselho. Pode-se correlacionar a crise do ano de 2016 com o baixo crescimento obtido: desemprego, redução da renda das pessoas e inflação, afetaram diretamente a vida de nossos associados ocasionando um crescimento inferior ao estimado.

Outras informações úteis para despertar a atenção dos usuários do relatório

Durante o ano de 2016, o CORE-TO buscou meios e alternativas para driblar a crise: ampliação dos canais de atendimento e melhoria na comunicação com a população e com os associados, realização de encontros para fortalecimento da classe, ampliação da divulgação de informações importantes e necessárias, bem como de interesse da comunidade em geral.

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CORE-TO	CNPJ	04.301.976/0001-55
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal	CONTATO	(63) 3212-1381
CÓDIGO CNAE	8411600		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	www.core@coretocantins.org.br		
PÁGINA INTERNET	coretocantins.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Quadra 103 Sul Rua SO 07 N 19		
CIDADE	Palmas	UF	TO
BAIRRO	Plano Diretor Sul	CEP	77015030
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins tem por finalidade exercer a fiscalização do exercício profissional da representação comercial na extensão de sua base territorial, que compreende o Estado do Tocantins. O CORE-TO possui condições econômica-financeiras e administrativas que lhe permitem, autônoma e independentemente, manter-se, de forma que possa cumprir integralmente seu dever institucional.

Conforme art. 17 do Regimento Interno do CORE/TO as competências são:

- a) Registrar o profissional e as empresas de representação comercial, agência, distribuição e intermediação de negócios e/ou serviços e fiscalizar o exercício da profissão na sua base territorial;
- b) Elaborar o seu Regimento Interno, submetendo-o à apreciação do Conselho Federal;
- c) Alterar o seu Regimento Interno, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros em exercício, submetendo-o à apreciação do CONFERE e aprovação do Plenário;
- d) Decidir sobre os pedidos de registro das pessoas naturais e jurídicas, neste último caso realizar, também, a anotação do responsável técnico indicado e legalmente habilitado no Conselho Regional;
- e) Manter o cadastro profissional;
- f) Expedir as carteiras profissionais e os certificados de registros, realizando as anotações necessárias;
- g) Impor as sanções disciplinares previstas na Lei nº 4.886/65, com alterações posteriores e no Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais, mediante a feitura de processo adequado;
- h) Arrecadar, cobrar e executar as contribuições e emolumentos devidos pelas pessoas naturais e jurídicas registradas;
- i) Incluir os nomes dos inadimplentes, pessoas naturais ou jurídicas, no Cadastro da Dívida Ativa;
- j) Aprovar as contas da Diretoria, ouvida a Comissão Fiscal, bem como o orçamento anual de receita e despesa;
- k) Escolher os conselheiros representantes perante o Conselho Federal;
- l) Baixar Resoluções, pelo voto da maioria, visando a execução deste Regimento e da legislação vigente;

m) Tomar as devidas providências junto às repartições Federais, Estaduais e Municipais, para que as mesmas, ao receberem tributos relativos à atividade de representação comercial, agência, distribuição e intermediação de negócios e/ou serviços, seja de pessoa natural ou jurídica, exijam prova do seu registro no Conselho Regional.

3.2 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

LEI Nº 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965.

Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

LEI Nº 6.839, DE 30 DE OUTUBRO DE 1980.

Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

LEI Nº 8.420, DE 8 DE MAIO DE 1992.

Introduz alterações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

LEI Nº 12.246 DE 27 DE MAIO DE 2010.

Altera dispositivos da Lei no 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, para dispor sobre fixação do valor das anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos profissionais da categoria e pelas pessoas naturais e jurídicas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados.

LEI Nº 12.514, DE 28 DE OUTUBRO DE 2011.

Conversão da Medida Provisória nº 536, de 2011.

Dá nova redação ao art. 4º da Lei no 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

RESOLUÇÃO CONFERE Nº 113 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2000.

Cria o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins - CORE-TO e aprova o Regimento Interno do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins.

RESOLUÇÃO CONFERE Nº 277 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004.

Aprova o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.

RESOLUÇÃO CONFERE Nº 747 DE 16 DE MARÇO DE 2012.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins com suas alterações.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

Manual de Normas e Procedimentos do Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere.

Normas Administrativas, Financeiras e Contábeis - 2. ed. - Rio de Janeiro. - 2013.

Informações adicionais

3.3 HISTÓRICO

O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins - Core- TO, assim como os seus demais congêneres nos vários Estados, é uma autarquia Federal, com autonomia técnica, administrativa e financeira, mantida com as contribuições pagas pelos representantes comerciais.

O Core-TO tem inteira autonomia quanto a sua organização, regendo-se pela legislação vigente que regulamenta e disciplina o exercício da atividade dos representantes comerciais, entre eles: os agentes, distribuidores e intermediadores de negócios e/ou serviços, na forma da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, pelas Resoluções e Instruções do Conselho Federal dos Representantes Comerciais – Confere – e as do próprio Conselho Regional, bem como pelo seu Regimento Interno.

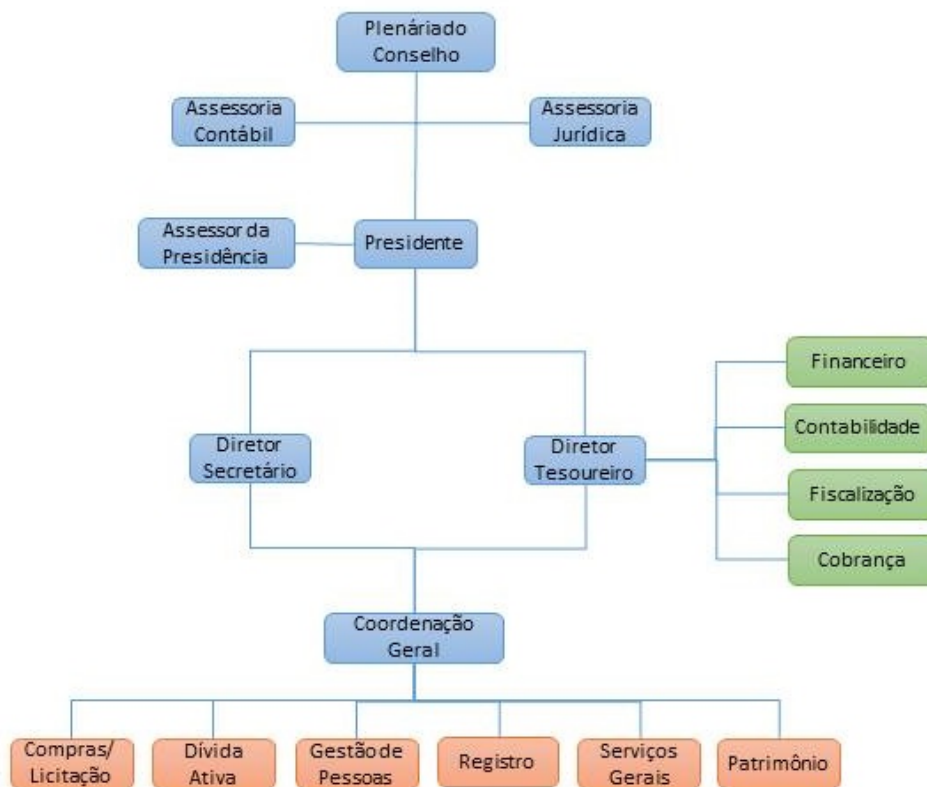
Tem como atribuição institucional principal, registrar e fiscalizar o exercício da atividade de representação comercial no Estado.

O Conselho é dirigido por conselheiros, eleitos pelos representantes comerciais, através de seu sindicato (Sirecom-TO), com mandatos de três anos de duração.

Antes da criação do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins, os representantes comerciais deste Estado, estavam jurisdicionados ao Conselho do Estado de Goiás. Considerando a mobilização feita pela categoria dos representantes comerciais existente no Estado, legitimado por sua representatividade através da criação e transferência para o município de Palmas/TO, do Sindicato dos Representantes, o Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere por meio da Resolução nº 113/2000, criou o Core-TO.

A instalação do Conselho no Estado do Tocantins foi oficializada no dia 05 de janeiro de 2001, com o início de suas atividades. Desde então, o mais novo Estado da Federação passou a sediar o seu próprio Conselho.

3.4 ORGANOGRAMA



ANEXO - Nota Explicativa do Organograma - Vide anexo do tópico 3.4 no final da seção

Nota Explicativa do Organograma - Anexo do t3pico 3.4



CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO TOCANTINS CORE-TO

NOTA EXPLICATIVA DO ORGANOGRAMA

Plenária do Conselho

Reunião dos conselheiros em exercício, para discursão das matérias constantes na ordem do dia e para assuntos gerais, reúne-se ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente sempre que convocado pelo diretor- presidente ou por mais de 1/3 (um terço) dos conselheiros em exercício.

Diretor Presidente

Representante comercial eleito com competência para desenvolver e decidir sobre os assuntos do Conselho na forma do art.26 do regimento interno, podendo entre outros:

- Representar o Conselho Regional perante os poderes públicos;
- Superintender os serviços do Conselho;
- Convocar assembleias gerais e presidir reuniões; Despachar expedientes;
- Adquirir e alienar bens móveis para o CORE-TO.
- Assinar Resoluções, Portarias, Instruções e Ordens de Serviços do Conselho Regional;
- Constituir Comissões e outras.

Diretor Secretário

Representante comercial eleito para compor a diretoria executiva na forma do art.27 do regimento interno, podendo entre outros:

- Substituir o diretor-presidente;
- Dirigir, fiscalizar e orientar os trabalhos da Secretaria;
- Assinar com o diretor-presidente as Atas das Reuniões da Diretoria;
- Secretariar as reuniões e/ou assembleias junto com o diretor presidente e outras;

Diretor Tesoureiro

Representante comercial eleito para compor a diretoria executiva na forma do art.28 do regimento interno, podendo entre outros:

- Assinar com o diretor-presidente os cheques necessários aos pagamentos;



CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO TOCANTINS CORE-TO

- Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Tesouraria;
- Analisar junto com o diretor presidente, para julgamento, os demonstrativos contábeis;
- Assinar as certidões de dívida ativa e outras;

Assessor da Presidência

É o profissional nomeado pelo diretor presidente do CORE, na forma do art.13º plano de cargo de salários para: Assessorar o Presidente; Administrar as atividades diárias e desenvolver estratégias para todos os departamentos. Supervisionar as publicações internas e externas do CORE-TO.

Servidor: Jonnatan Lopes de Sousa

Data da Admissão: 01.06.2013

Departamento Administrativo-Financeiro

É o profissional nomeado pelo presidente, na forma do art.13º plano de cargo de salários para encaminhar à contabilidade processos de compras, gestão de suprimentos de fundos, manter arquivo cronológico enumerados dos contratos e aditivos, manter pastas de funcionários organizados, realizar cronograma de controle de exames periódico e elaborar relatórios.

Servidora: Liane Tavares Mendes

Data da Admissão: 01.07.2014

Assessoria-Contábil

É o profissional contratado por esta autarquia para prestar serviços contábeis especializados na assessoria contábil, financeiro e contabilidade pública.

Fiscalização

É o funcionário designado para atuar no departamento fiscal dessa autarquia, com atribuição de fiscalizar atuar, orientar, esclarecer entre outros os representantes comerciais no Estado do Tocantins.

Servidora: Wellyda Bispo de Sousa Gomes

Data da Admissão: 11.08.2014



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO TOCANTINS
CORE-TO**

Departamento Jurídico

É o profissional nomeado pelo presidente, na forma do art.13º plano de cargo de salários para representar o CORE na esfera judicial e extrajudicial, emitir pareceres, orientar a presidência em questões jurídicas, acompanhar andamentos de processos administrativos e judiciais.

Servidor: Vinicius Coelho cruz

Data da Admissão: 04.01.2016

Departamento de Cobrança

É o profissional responsável por organizar e atualizar os dados dos representantes comerciais devedores, fazendo a cobrança destes via notificação e telefonemas, concluindo com o trabalho de negociação de débitos, fazendo a remessa dos casos inexitosos ao departamento da dívida ativa, para formalização do PAC (processo administrativo de cobrança).

Servidora: Liane Tavares Mendes

Data da Admissão: 01.07.2014

Compras/Licitação

E o funcionário nomeado por portaria para elaborar editais, realizar certames, contratos, fazer cotações, compras diretas etc.

Servidora: Wellyda Bispo de Sousa Gomes

Data da Admissão: 11.08.2014

Departamento Dívida/Ativa

É o profissional nomeado pelo presidente, na forma do art.13º plano de cargo de salários para apurar junto com o departamento de cobrança dos representantes comerciais inadimplentes, visando a formalização da cobrança através do PAC, com a confecção das CDAS e o consequente ajuizamento de execuções fiscais.

Servidor: Vinicius Coelho cruz

Data da Admissão: 04.01.2016



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO TOCANTINS
CORE-TO**

Gestão de Pessoas

É o profissional nomeado pelo presidente, na forma do art.13º plano de cargo de salários para realizar organização das pastas dos funcionários, acompanhar e realizar controle de exames periódicos, férias e contribuição sindical, controlar o envio de carteiras de trabalho e livro de registro à contabilidade para atualização de dados.

Servidora: Liane Tavares Mendes

Data da Admissão: 01.07.2014

Departamento de Registro

É o funcionário encarregado de atender solicitações de novos registros, esclarecer dúvidas, orientar e realizar a habilitação legal do representante comercial, seja pessoa física e/ou jurídica, expedições de certidões, atualização de cadastros, alterações, transferências e baixas de registro.

Servidora: Daiane Moreira do Nascimento

Data da Admissão: 04.07.2016

Patrimônio

É o funcionário nomeado através de portaria para executar a gestão patrimonial, controles da depreciação de ativos imobilizados, baixa, inventário físico etc.

Servidora: Maria Domingas Barbosa dos Santos

Data da Admissão: 02.08.2011

Serviços Gerais

É o funcionário designado para executar o trabalho de limpeza e manutenção em geral deste Conselho.

Servidora: Maria Domingas Barbosa dos Santos

Data da Admissão: 02.08.2011

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Nesta seção é possível se obter uma visão geral das ações planejadas para o exercício de 2016 pelo CORE-TO por meio de seu Planejamento Organizacional, bem como relatórios detalhados dos resultados e desempenhos obtidos.

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Planejamento Organizacional do CORE-TO para o ano de 2016 é apresentado detalhadamente nas seções a seguir: objetivos do ano e competências.

4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Visão Geral

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

Com base nas informações sistêmicas do conselho sobre números de associados, índices de inadimplência e com a finalidade de aproximar os mesmos da entidade, aumentar a satisfação do mesmo para com o seu órgão de representatividade e reduzir a inadimplência que hoje consideramos alta. Deste modo as áreas de registro, financeiro, administrativa e jurídica são envolvidas para juntos planejar e implementar ações que tragam os resultados esperados.

Visão

Apresentar ao associado uma entidade pronta a atendê-lo dentro das possibilidades e dos recursos disponíveis com fins de valorização da sua entidade de classe.

Missão

Manter os associados em situação regular para que o mercado de trabalho possa buscar profissionais prontos a oferecer seus serviços de modo organizado. Trazer maior possibilidade de emprego e renda para o associado tornando atrativo estar registrado na entidade.

Valores

Nossos valores estão pautados no código de disciplina e ética, organizando de modo a conscientizar o associado dos benefícios de estar devidamente registrado, tornando-se assim, um Conselho atuante. São valores do CORE-TO:

1. Respeito à profissão de Representante Comercial;
2. Transparência na gestão;
3. Qualidade no atendimento e agilidade na solução de problemas;
4. Comprometimento;
5. Responsabilidade socioambiental;
6. Busca por melhoria contínua.

Diagnóstico Estratégico

Análise de ambiente interno

Os Pontos fortes de nosso ambiente interno foram: a qualificação de nossos Recursos Humanos, sendo estes profissionais oriundos de Processo Seletivo Público e treinados para executar as atividades específicas conforme o que determina a Lei 4.886 de 09.12.1965, o comprometimento de todos da organização para alcance dos objetivos propostos, a transparência de informações relativas à gestão, o aperfeiçoamento constante de processos internos para conferir maior agilidade e redução de gargalos no atendimento e execução de atividades diversas.

O principal Ponto fraco do ambiente interno foi a limitação de recursos financeiros, o que impossibilita crescimento por parte do Conselho e dificultou o alcance de objetivos.

Análise de ambiente externo

Constituíram-se como ameaças à existência do Conselho: o alto índice de inadimplência, as dificuldades em manter cadastros atualizados (endereços e contatos) de nossos associados por falta de comunicação destes, a crise socio-econômica do país durante os últimos anos, o que ocasionou a perda de muitos profissionais no ramo de representação comercial, bem como queda na arrecadação e crescimento da organização.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

Os fatores críticos ao sucesso do Planejamento refletem-se nas ameaças do ambiente externo: alto índice de inadimplência, falta de comprometimento por parte dos profissionais para com a sua classe profissional e dificuldades no alcance aos profissionais de regiões mais distantes da sede, com o intuito de levar à estes informações importantes e conhecimentos comuns.

Elaboração da Estratégia

Identificação da estratégia atual

O CORE/TO tem a competência legal de registro e fiscalização do exercício profissional do Representante Comercial. Como tal, o seu Plano de Ação contempla atividades relacionadas à sua missão precípua, sendo-lhe vedadas outras atividades que conflitem com essas atribuições. A visão do Conselho como um conjunto de processos e o seu próprio trabalho de aperfeiçoamento, envolve as pessoas que participam das atividades que lhes são de competência, abrangendo ainda os processo relacionados às atividades de apoio, com treinamento e aperfeiçoamento de seus recursos humanos, além de estender suas atividades para o relacionamento com as entidades, sindicatos e empresas que participam do mercado de trabalho no qual estão inseridos os profissionais da representação comercial. Neste contexto, estão sendo adotadas metodologias de trabalho, seja no campo institucional, seja nas relações políticas, que envolvam agentes inseridos no entendimento do papel do Conselho em cada etapa do processo, O aperfeiçoamento dos processos no CORE/TO promoveu e promove efetivamente uma maior eficiência dos serviços prestados. As melhorias promovidas nos processos da Sede favoreceram o crescimento do Conselho como um todo, representaram diminuição de custos, e finalmente promoveram uma efetiva melhoria na qualidade dos serviços prestados aos profissionais e a sociedade.

Naturalmente, é de se considerar as limitações financeiras e econômicas, de pessoal, instalações e tecnológicas em razão dos poucos recursos disponíveis para o desenvolvimento das ações concebidas.

Identificação da estratégia futura

O CORE/TO tem como meta continuar atendendo o Representante Comercial da melhor maneira possível e levar à este contantemente informações de interesse da classe, criar novos locais de atendimento e prevalecer executando com eficiência e eficácia, o desempenho de suas competências

legais. Pretende intensificar a fiscalização das empresas que expressam atividades e/ou razão social, denominação social a palavra “representação/representações” ou sinônimos no respectivo Conselho Regional da Categoria e consoante o art. 2º da Lei nº 4.886/65, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.420/92 c/c a Resolução do CONFERE nº396/06, Lei nº 6.839/82 e artigo 47 do decreto lei N.º 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.

Objetivos e Metas

- Macro Objetivo:

Atendimento Itinerante

Objetivos: - Levar atendimento direto à outras regiões do Estado do Tocantins, especialmente as mais distantes da Sede do Conselho; - Oferecer oportunidades de atendimento, conciliação e negociação, registro e entrega de carteiras profissionais; - Contribuir para maior visibilidade da profissão de Representante Comercial; - Levar para todo o Estado, seja à nossos associados ou à comunidade em geral, o conhecimento quanto às competências e finalidades do CORE-TO, do Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais, das Leis que fundamentam e regulamentam a profissão.

- Macro Objetivo:

Crescimento econômico-financeiro

Fortalecimento do setor de cobrança, de fiscalização e controle interno, de forma a continuar a obter lucratividade e crescimento de no mínimo 10%, anualmente.

- Macro Objetivo:

Divulgação e publicidade

Objetivos: - Trabalhar junto à comunidade de abrangência do CORE para a divulgação das competências dos Representantes Comerciais, proporcionando maior visibilidade às ações do CORE-TO, com vistas à uma imagem positiva da categoria e da entidade frente à sociedade. - Fomentar na sociedade a valorização do Representante Comercial como profissional essencial no fomento da indústria e do Comércio.

- Macro Objetivo:

Gestão da Tecnologia da Informação

- Modernizar e manter atualizados os sistemas de informações, com vistas a interligação entre as unidades, diminuindo os custos e agilizando o atendimento das demandas.

- Macro Objetivo:

Implantar Procedimentos Operacionais Padronizados

Objetivos: - Conferir constantemente qualidade nos serviços prestados; - Intensificar agilidade no atendimento; - Reduzir a centralização das informações; - Diminuir o tempo para liberação de registros, de baixas e negociações.

- Macro Objetivo:

Mobilização da categoria

Objetivo - Promover a aproximação entre os profissionais e o conselho. - Promover ações junto às empresas industriais e comerciais demandantes da representação comercial, no sentido de ações benéficas para as partes envolvidas na questão de aumento da riqueza do País.

- Macro Objetivo:

Modernização das Instalações (Estrutura Física)

Objetivos: - Estabelecer adequações estruturais a médio e longo prazo para atendimento da demanda de acordo com a previsão de crescimento do CORE/TO.

- Macro Objetivo:

Registro, Fiscalização e Cobrança da Dívida Ativa

- Modernizar seu departamento de Registro adequando-o às previsões de incremento do contingente de Representantes Comerciais no Estado; - Garantir maior segurança dos dados cadastrais e confiabilidade das informações; - Aumentar o campo de abrangência da fiscalização e controle das ações relacionadas à prática do exercício profissional do Representante Comercial - Reduzir a inadimplência através do conhecimento por parte dos profissionais de seus direitos e deveres, bem como fortalecimento de estratégias para negociação e cobrança.

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Introdução

Compete ao CORE-TO fiscalizar e regulamentar a profissão de Representante comercial no Estado do Tocantins de acordo com a Lei nº 4.886/1965.

Missão/Finalidade institucional

Manter os associados em situação regular para que o mercado de trabalho possa buscar profissionais prontos à oferecer seus serviços de modo organizado. Trazer maior possibilidade de emprego e renda para o associado, tornando atrativo estar registrado na entidade.

Competências Legais

O CORE-TO tem a competência legal de registro e fiscalização do exercício profissional de representante comercial.

Análise crítica

O CORE-TO atuou de forma sistemática durante o ano de 2016 para o cumprimento de suas competências básicas e essenciais, dentro dos requisitos legais, e buscou melhorar o atendimento ao Representante Comercial e aprimorar a proximidade entre Profissionais da classe e Conselho.

4.2 RESULTADOS

Para alcance dos objetivos definidos no Plano estratégico de 2016, foram adotadas várias medidas, dentre elas: contenção de gastos, seguindo orientações do Conselho Federal; maior eficiência na cobrança de anuidades e inclusões em dívida ativa; facilitação para pagamento e realização de duas semanas para conciliação, conferindo flexibilidade em negociações; a realização de um trabalho de abrangência dentro de todo o Estado do Tocantins, de conscientização profissional para classe dos representantes comerciais, especialmente em virtude da execução do atendimento itinerante.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Vide anexos dos tópicos a seguir.

4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	570.000,00	700.000,00	169.806,32	84.449,00	89.806,32	84.449,00	650.000,00	700.000,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	570.000,00	700.000,00	157.306,32	84.449,00	89.806,32	84.449,00	637.500,00	700.000,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	385.000,00	480.000,00	98.415,36	73.000,00	18.514,60	20.000,00	464.900,76	533.000,00
6.2.1.1.1.02.01 - ANUIDADES	385.000,00	480.000,00	98.415,36	73.000,00	18.514,60	20.000,00	464.900,76	533.000,00
6.2.1.1.1.02.01.01 - PESSOAS FÍSICAS	135.000,00	166.000,00	0,00	600,00	12.179,33	6.000,00	122.820,67	160.600,00
6.2.1.1.1.02.01.02 - PESSOAS JURÍDICAS	175.000,00	208.000,00	82.735,02	72.400,00	2.469,96	8.000,00	255.265,06	272.400,00
6.2.1.1.1.02.01.03 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	75.000,00	106.000,00	15.680,34	0,00	3.865,31	6.000,00	86.815,03	100.000,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	83.000,00	99.000,00	5.153,40	6.807,00	45.704,17	34.207,00	42.449,23	71.600,00
6.2.1.1.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	42.000,00	52.000,00	2.720,49	4.807,00	9.716,63	11.300,00	35.003,86	45.507,00
6.2.1.1.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS/CERTIFICADOS	4.000,00	6.000,00	432,91	0,00	4.000,00	1.707,00	432,91	4.293,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	25.000,00	26.000,00	0,00	0,00	18.151,34	12.200,00	6.848,66	13.800,00
6.2.1.1.1.05.04 - BAIXA DE REGISTRO	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
6.2.1.1.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	6.000,00	9.000,00	2.000,00	2.000,00	7.836,20	6.000,00	163,80	5.000,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	29.000,00	30.000,00	1.834,98	4.642,00	21.287,55	20.200,00	9.547,43	14.442,00
6.2.1.1.1.06.02 - MULTA, ATUALIZ. MONETÁRIA E JUROS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	8.875,50	10.000,00	1.124,50	0,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	19.000,00	20.000,00	1.834,98	4.642,00	12.412,05	10.200,00	8.422,93	14.442,00
6.2.1.1.1.06.05.03 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS	19.000,00	20.000,00	1.000,00	0,00	12.412,05	10.200,00	7.587,95	9.800,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - RENDIMENTOS DE	0,00	0,00	834,98	4.642,00	0,00	0,00	834,98	4.642,00

APLICAÇÕES FINANCEIRAS								
6.2.1.1.1.06.05.07.005 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	834,98	4.642,00	0,00	0,00	834,98	4.642,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	73.000,00	91.000,00	51.902,58	0,00	4.300,00	10.042,00	120.602,58	80.958,00
6.2.1.1.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	72.000,00	85.000,00	48.902,58	0,00	3.000,00	8.000,00	117.902,58	77.000,00
6.2.1.1.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	6.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	2.042,00	1.000,00	3.958,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	570.000,00	700.000,00	189.131,79	127.406,73	109.131,79	127.406,73	650.000,00	700.000,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	570.000,00	700.000,00	189.131,79	127.406,73	109.131,79	127.406,73	650.000,00	700.000,00
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	497.000,00	608.000,00	179.886,29	127.406,73	72.040,79	83.564,73	604.845,50	651.842,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	138.000,00	203.000,00	41.918,54	43.879,73	16.826,26	15.955,49	163.092,28	230.924,24
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	87.000,00	133.000,00	23.372,71	14.483,24	8.867,31	3.263,77	101.505,40	144.219,47
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	45.000,00	56.000,00	18.545,83	25.396,49	1.958,95	2.491,72	61.586,88	78.904,77
6.2.2.1.1.01.01.03 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	6.000,00	14.000,00	0,00	4.000,00	6.000,00	10.200,00	0,00	7.800,00
6.2.2.1.1.01.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	225.000,00	240.000,00	112.142,75	69.362,00	52.862,93	62.185,00	284.279,82	247.177,00
6.2.2.1.1.01.01.04.03 - USO DE BENS E SERVIÇOS	69.000,00	85.000,00	20.248,40	10.900,00	17.111,98	27.000,00	72.136,42	68.900,00
6.2.2.1.1.01.01.04.03.001 - MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00	36.000,00	2.699,40	3.500,00	10.541,98	14.500,00	18.157,42	25.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.03.002 - DESPESAS COM VEÍCULOS	4.000,00	6.000,00	0,00	0,00	720,00	5.500,00	3.280,00	500,00
6.2.2.1.1.01.01.04.03.004 - SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	14.000,00	13.000,00	4.000,00	0,00	0,00	2.000,00	18.000,00	11.000,00
6.2.2.1.1.01.01.04.03.006 - DIÁRIAS	24.000,00	30.000,00	13.549,00	7.400,00	4.850,00	5.000,00	32.699,00	32.400,00
6.2.2.1.1.01.01.04.04 - SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	131.000,00	125.000,00	69.731,35	48.462,00	35.750,95	35.185,00	164.980,40	138.277,00
6.2.2.1.1.01.01.04.05 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	25.000,00	30.000,00	22.163,00	10.000,00	0,00	0,00	47.163,00	40.000,00
6.2.2.1.1.01.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	9.000,00	11.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	8.000,00	11.000,00

6.2.2.1.1.01.05.01 - TRIBUTOS	9.000,00	11.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	8.000,00	11.000,00
6.2.2.1.1.01.06 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.000,00	4.000,00	3.445,00	0,00	1.351,60	0,00	6.093,40	4.000,00
6.2.2.1.1.01.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	7.000,00	10.000,00	6.380,00	14.165,00	0,00	0,00	13.380,00	24.165,00
6.2.2.1.1.01.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	114.000,00	140.000,00	16.000,00	0,00	0,00	5.424,24	130.000,00	134.575,76
6.2.2.1.1.01.08.01 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	114.000,00	140.000,00	16.000,00	0,00	0,00	5.424,24	130.000,00	134.575,76
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	73.000,00	92.000,00	9.245,50	0,00	37.091,00	43.842,00	45.154,50	48.158,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	50.000,00	64.000,00	6.045,50	0,00	37.091,00	43.842,00	18.954,50	20.158,00
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	1.036,74	5.842,00	8.963,26	4.158,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	40.000,00	54.000,00	6.045,50	0,00	36.054,26	38.000,00	9.991,24	16.000,00
6.2.2.1.1.02.02 - INVERSÕES FINANCEIRAS	23.000,00	28.000,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	26.200,00	28.000,00
6.2.2.1.1.02.02.01 - EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	23.000,00	28.000,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	26.200,00	28.000,00
TOTAIS:	570.000,00	700.000,00	169.806,32	84.449,00	89.806,32	84.449,00	650.000,00	700.000,00

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Não houve repasse através de convênio no exercício.

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	700.000,00	639.148,80	60.851,20
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	700.000,00	639.148,80	60.851,20
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	533.000,00	527.394,81	5.605,19
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	533.000,00	527.394,81	5.605,19
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	160.600,00	148.851,83	11.748,17
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - 6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Anuidade PF - do Exercício	160.000,00	148.369,90	11.630,10
6.2.1.2.1.02.01.01.002 - 6.2.1.2.1.02.01.01.002 - Anuidade PF - do Exercício Anterior	600,00	481,93	118,07
6.2.1.2.1.02.01.02 - 6.2.1.2.1.02.01.02 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	272.400,00	282.826,81	-10.426,81
6.2.1.2.1.02.01.02.001 - 6.2.1.2.1.02.01.02.001 - Anuidade PJ - do Exercício	272.400,00	282.826,81	-10.426,81
6.2.1.2.1.02.01.03 - 6.2.1.2.1.02.01.03 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	100.000,00	95.716,17	4.283,83
6.2.1.2.1.02.01.03.001 - 6.2.1.2.1.02.01.03.001 - Responsável Técnico - do Exercício	100.000,00	95.716,17	4.283,83
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVICOS	71.600,00	60.542,39	11.057,61
6.2.1.2.1.05.01 - 6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	45.507,00	44.748,54	758,46
6.2.1.2.1.05.01.01 - 6.2.1.2.1.05.01.01 - Pessoa Física	19.807,00	19.806,32	0,68
6.2.1.2.1.05.01.02 - 6.2.1.2.1.05.01.02 - Pessoa Jurídica	19.000,00	18.730,16	269,84
6.2.1.2.1.05.01.03 - 6.2.1.2.1.05.01.03 - Responsável Técnico	6.700,00	6.212,06	487,94

6.2.1.2.1.05.02 - 6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.293,00	1.854,64	2.438,36
6.2.1.2.1.05.02.01 - 6.2.1.2.1.05.02.01 - Pessoa Física	2.000,00	724,62	1.275,38
6.2.1.2.1.05.02.02 - 6.2.1.2.1.05.02.02 - Pessoa Jurídica	2.000,00	907,14	1.092,86
6.2.1.2.1.05.02.03 - 6.2.1.2.1.05.02.03 - Responsável Técnico	293,00	222,88	70,12
6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	13.800,00	13.164,14	635,86
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Pessoa Física	4.800,00	4.724,42	75,58
6.2.1.2.1.05.03.02 - 6.2.1.2.1.05.03.02 - Pessoa Jurídica	6.500,00	6.321,90	178,10
6.2.1.2.1.05.03.03 - 6.2.1.2.1.05.03.03 - Responsável Técnico	2.500,00	2.117,82	382,18
6.2.1.2.1.05.04 - 6.2.1.2.1.05.04 - BAIXA DE REGISTRO	3.000,00	0,00	3.000,00
6.2.1.2.1.05.04.01 - 6.2.1.2.1.05.04.01 - Pessoa Física	1.000,00	0,00	1.000,00
6.2.1.2.1.05.04.02 - 6.2.1.2.1.05.04.02 - Pessoa Jurídica	1.000,00	0,00	1.000,00
6.2.1.2.1.05.04.03 - 6.2.1.2.1.05.04.03 - Responsável Técnico	1.000,00	0,00	1.000,00
6.2.1.2.1.05.07 - 6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	5.000,00	775,07	4.224,93
6.2.1.2.1.05.07.01 - 6.2.1.2.1.05.07.01 - Transformação de Registro	1.000,00	0,00	1.000,00
6.2.1.2.1.05.07.03 - 6.2.1.2.1.05.07.03 - Suspensão de Registro	1.000,00	0,00	1.000,00
6.2.1.2.1.05.07.04 - 6.2.1.2.1.05.07.04 - Alteração Cadastral	2.000,00	775,07	1.224,93
6.2.1.2.1.05.07.06 - 6.2.1.2.1.05.07.06 - Manutenção de Registro	1.000,00	0,00	1.000,00
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	14.442,00	10.399,05	4.042,95
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	14.442,00	10.399,05	4.042,95
6.2.1.2.1.06.05.03 - 6.2.1.2.1.06.05.03 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	9.800,00	5.758,61	4.041,39
6.2.1.2.1.06.05.03.002 - 6.2.1.2.1.06.05.03.002 - Anuidade PF	400,00	0,00	400,00
6.2.1.2.1.06.05.03.003 - 6.2.1.2.1.06.05.03.003 - Anuidade PJ	1.400,00	573,89	826,11

6.2.1.2.1.06.05.03.004 - 6.2.1.2.1.06.05.03.004 - Anuidade Responsável Técnico	1.000,00	113,58	886,42
6.2.1.2.1.06.05.03.006 - 6.2.1.2.1.06.05.03.006 - Multa sobre Registro PJ	4.000,00	3.677,23	322,77
6.2.1.2.1.06.05.03.007 - 6.2.1.2.1.06.05.03.007 - Multa sobre Registro PF	1.000,00	201,65	798,35
6.2.1.2.1.06.05.03.008 - 6.2.1.2.1.06.05.03.008 - Multa sobre Registro Responsável Técnico	2.000,00	1.192,26	807,74
6.2.1.2.1.06.05.07 - 6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.642,00	4.640,44	1,56
6.2.1.2.1.06.05.07.005 - 6.2.1.2.1.06.05.07.005 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.642,00	4.640,44	1,56
6.2.1.2.1.06.05.07.005.001 - 6.2.1.2.1.06.05.07.005.001 - Poupança	4.642,00	4.640,44	1,56
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.958,00	40.812,55	40.145,45
6.2.1.2.1.08.01 - 6.2.1.2.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	77.000,00	40.174,78	36.825,22
6.2.1.2.1.08.01.01 - 6.2.1.2.1.08.01.01 - Administrativa	2.000,00	0,00	2.000,00
6.2.1.2.1.08.01.02 - 6.2.1.2.1.08.01.02 - Executiva	75.000,00	40.174,78	34.825,22
6.2.1.2.1.08.03 - 6.2.1.2.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.958,00	637,77	3.320,23
6.2.1.2.1.08.03.01 - 6.2.1.2.1.08.03.01 - Indenizações	1.958,00	509,10	1.448,90
6.2.1.2.1.08.03.02 - 6.2.1.2.1.08.03.02 - Restituições	2.000,00	128,67	1.871,33

4.3.4 DESPESAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Salários	89.372,71	122.162,89	89.372,71	122.162,89	0,00	0,00	81.266,86	110.955,23
Demais elementos do grupo	73.719,57	108.740,34	73.719,57	108.740,34	0,00	0,00	67.791,32	101.976,77
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.03.004.005 - Estagiários	15.596,67	8.943,60	15.596,67	8.943,60	0,00	0,00	14.782,67	8.943,60
6.2.2.1.1.01.04.03.006.002 - Diárias - Conselheiros	28.698,33	32.400,00	28.698,33	32.400,00	0,00	0,00	28.698,33	32.400,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002 - Serviços de Assessoria e Consultoria	11.934,25	12.089,56	11.934,25	12.016,01	0,00	73,55	11.893,54	12.016,01
6.2.2.1.1.01.04.04.005 - Serviços de Informática	9.358,46	12.230,08	9.358,46	12.212,08	0,00	18,00	9.335,29	12.212,08
6.2.2.1.1.01.04.04.006 - Serviços de Assessoria Contábil	39.466,58	40.704,95	39.466,58	40.579,71	0,00	125,24	39.341,34	40.579,71
6.2.2.1.1.01.04.04.032 - Serviços de Energia Elétrica	36.717,27	19.127,47	36.717,27	19.127,47	0,00	0,00	36.717,27	19.127,47
6.2.2.1.1.01.04.04.036 - Serviços de Telefonia e Telecomunicações	0,00	17.831,67	0,00	17.831,67	0,00	0,00	0,00	17.831,67
6.2.2.1.1.01.04.05.001 - Gratificação por Representação (Jeton)	47.162,88	39.425,12	47.162,88	39.425,12	0,00	0,00	47.162,88	39.425,12
Demais elementos do grupo	87.578,59	48.601,26	87.578,59	48.587,06	0,00	14,20	87.497,92	48.587,06
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo	18.435,25	878,00	18.435,25	878,00	0,00	0,00	18.435,25	878,00
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	25.957,57	25.594,54	25.957,57	25.594,54	0,00	0,00	25.957,57	25.594,54
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO II - Despesas Totais por Modalidade de Contratação.pdf - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Vide anexo do tópico 4.3.4 na sessão 11

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Introdução aos resultados alcançados

A missão do CORE/TO, conforme já mencionado, está definida no Regimento Interno da Entidade e atende principalmente às suas atribuições institucionais: "Registro e fiscalização do exercício da profissão do Representante Comercial". Como entidade autárquica de direito privado, o Conselho não tem possibilidade legal de exercer atividades fora dos eixos de expressão legal que lhes foram delegados pelo Estado. Dessa forma, pode-se citar as seguintes atividades desenvolvidas ao longo do exercício 2016:

I) Foram realizadas ações de fiscalização, orientando os representantes sobre o seu registro e regularização no Conselho. Notificações foram feitas e encaminhadas ao endereço dos representantes. Como resultado destas notificações, mais de 90 novos registros de associados foram realizados ao longo do ano.

II) Foram realizadas reuniões em conjunto com atacados e distribuidores no interior do Estado, garantindo informações e buscando o aumento dos registros dos representantes incipientes na profissão.

III) Foram realizadas duas Assembléias Extraordinárias no ano com o intuito de esclarecer sobre Legislação, Código de Ética, Direitos e Deveres dos Representantes comerciais e para prestação de informações gerais de interesse da Classe.

IV) Adequação do site, com novo layout, mais acessível à comunidade em geral e mais transparente mediante a inclusão do Portal da Transparência.

V) Fortalecimento do sistema de cobrança de anuidades e parcelamentos em atraso, sendo esta realizada via e-mail e contato telefônico, ao menos 2 vezes ao mês, que, em conjunto com o comprometimento da organização em realizar atualizações cadastrais de todos os registrados, propiciou um redução do alto índice de inadimplência.

VI) Realização de Atendimento Itinerante no Norte do Estado do Tocantins, que oportunizou: abertura de novos registro, entrega de carteiras profissionais, orientações diversas à representantes quanto à seus Direitos e Deveres, propiciou maior visibilidade e conhecimento do CORE-TO e da legislação que o regulamenta, oportunizou a realização de negociações diversas.

4.5 INDICADORES

Os indicadores adotados são essencialmente estratégicos e visam demonstrar o desempenho em busca dos objetivos. Adotamos como método de indicadores os parâmetros dos anos anteriores mais o crescimento anual, conforme orçamento com crescimento máximo em 10%.

**Despesas Totais por Modalidade de
Contratação.pdf - Despesas Totais por
Modalidade de Contratação - Anexo do
tópico 4.3.4**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Liquidada						Despesa Paga					
	2016			2015			2016			2015		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
b) Tomada de Preços	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
j) Inexigibilidade	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
m) Diárias	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
5. Total												
	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
6. Total Geral												
	563	671.826,74	100	558	663.413,21	100	728	649.316,01	100	718	641.081,22	100



5 - GOVERNANÇA

INTRODUÇÃO SEÇÃO

5.1 GOVERNANÇA

A unidade de auditoria interna encontra-se a cargo do Conselho Federal, como órgão central de controle. A CPACG - Comissão Permanente de Assessoria Contábil e de Gestão - centraliza suas ações na sede do CONFERE e realiza constantes procedimentos de verificação no CORE/TO, seja pela análise de balancetes mensais enviados, seja pelas contas trimestrais prestadas, seja pela auditoria in loco, promovida pelos auditores membros da equipe de controladoria.

O controle interno é também realizada pelo Conselho Federal, com auditorias realizadas no decorrer do exercício pela CPA - Comissão Permanente de Auditoria, prevista na estrutura organizacional do CONFERE.

Em âmbito do CORE/TO, é realizado o exame trimestral das contas pela Comissão de Tomadas de Contas, composto por três conselheiros, conforme a programação definida pelo Plenário, os quais analisam e emitem pareceres sobre os balancetes.

As contas, após o encerramento do exercício, são apresentadas ao Plenário, com parecer da Comissão de Tomada de Contas e, se aprovadas, são encaminhadas, por processo autuado, ao Conselho Federal para apreciação e homologação.

5.2 DIRIGENTES

Dirigente:	Davi Aparecido Silva Pereira
CPF:	101.224.378-88
Cargo:	Diretor Presidente
Registro Profissional:	0003
Entidade:	CORE-TO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	15/01/2016
Data inicial do mandato:	15/01/2016
Data final do mandato:	14/01/2019
Informações adicionais	
Dirigente:	Divino Eurípedes Gomes
CPF:	548.130.771-53
Cargo:	Suplente da Diretoria
Registro Profissional:	2147
Entidade:	CORE-TO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	15/01/2016
Data inicial do mandato:	15/01/2016
Data final do mandato:	14/01/2019
Informações adicionais	
Dirigente:	Marcos Ferreira Lustosa
CPF:	804.954.351-04
Cargo:	Suplente da Diretoria
Registro Profissional:	1750
Entidade:	CORE-TO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	15/01/2016

Data inicial do mandato: 15/01/2016

Data final do mandato: 14/01/2019

Informações adicionais

Dirigente: Romeu Capra

CPF: 573.805.209-97

Cargo: Diretor Tesoureiro

Registro Profissional: 0007

Entidade: CORE-TO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 15/01/2016

Data inicial do mandato: 15/01/2016

Data final do mandato: 14/01/2019

Informações adicionais

Dirigente: Thiago de Oliveira Cabral

CPF: 001.237.011-80

Cargo: Suplente da Diretoria

Registro Profissional: 1638

Entidade: CORE-TO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 15/01/2016

Data inicial do mandato: 15/01/2016

Data final do mandato: 14/01/2019

Informações adicionais

Dirigente: Antonio de Padua Assunção

CPF: 234.050.311-68

Cargo: Conselheiro Fiscal

Registro Profissional: 0005

Entidade: CORE-TO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 15/01/2016

Data inicial do mandato: 15/01/2016

Data final do mandato: 14/01/2019

Informações adicionais

Dirigente: Renato Franco Chagas

CPF: 790.124.341-49

Cargo: Conselheiro Fiscal

Registro Profissional: 0465

Entidade: CORE-TO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 15/01/2016

Data inicial do mandato: 15/01/2016

Data final do mandato: 14/01/2019

Informações adicionais

Dirigente: Carlos Eduardo Aires Gomes dos Santos

CPF: 285.698.141-00

Cargo: Conselheiro Fiscal

Registro Profissional: 0605

Entidade: CORE-TO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 15/01/2016

Data inicial do mandato: 15/01/2016

Data final do mandato: 14/01/2019

Informações adicionais

Dirigente: Geraldo Antonio dos Reis

CPF: 306.837.931-87

Cargo: Diretor Secretário

Registro Profissional: 0001

Entidade: CORE-TO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 15/01/2016

Data inicial do mandato: 15/01/2016

Data final do mandato: 14/01/2019

Informações adicionais

5.3 AUDITORIA

Realizada Auditoria pelo Conselho Federal, e o mesmo emitiu Certificado de Auditoria.

5.4 APURAÇÕES

Não houve atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.

5.5 GESTÃO RISCOS

A adoção de medidas que visem a prevenção de riscos potenciais à existência do Conselho tem sido aperfeiçoada anualmente. No ano de 2016, buscamos: monitorar, corrigir, controlar e mitigar problemas existentes, bem como acompanhar periodicamente a realização de processos internos a fim de torná-los mais eficientes e eficazes, trazendo assim, melhorias à organização e maior previsibilidade quanto aos riscos e ameaças externas.

Como formas de prevenir riscos, e eventuais custos adicionais, adotamos como medidas:

- a) Controle de estoques/ almoxarifado;
- b) Realização de exames periódicos de seus funcionários;
- c) Manutenção adequada da estrutura física e segurança;
- d) Controle diário de despesas e contas;
- e) Controle e monitoramento mensal de entradas e saídas financeiras, bem como controle de pagamentos/boletos em atraso por parte do setor de cobrança.

5.6 REMUNERAÇÕES

Conforme § 1º do art. 13 da Lei nº 4886/65 todos os mandatos são exercidos gratuitamente, não existe remuneração.

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

Foi realizada Auditoria independente externa realizada pela empresa Indep, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2017, porém a mesma não emitiu o parecer da auditoria.

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

O CORE-TO é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e pelos preceitos contidos no seu Plano de Cargos e Salários, aprovado por Resolução. O departamento responsável por administrar e gerir os recursos humanos da Autarquia é o Departamento de Recursos Humanos e o setor de Contabilidade.

6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

INTRODUÇÃO

O CORE-TO possui quadro de pessoal compostos por 6 funcionários que desempenham as funções dispostas no organograma (vide anexo: Notas explicativas do Organograma).

TIPOLOGIA DOS CARGOS

Efetivos.....	02
Cargos Comissionados.....	00
Contratados	04

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Despesas com Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2016	39.425,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.425,12
2015	47.162,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.162,88
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2016	132.886,70	0,00	0,00	0,00	0,00	72.245,30	0,00	0,00	0,00	205.132,00
2015	101.505,40	0,00	0,00	0,00	0,00	61.586,88	0,00	0,00	0,00	163.092,28
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2015

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS

As principais medidas para mitigar e prevenir riscos relativos aos Recursos Humanos adotadas, são:

- a) Realização de exames periódicos;
- b) Oportunidades de aperfeiçoamento e investimentos em capacitação;
- c) Utilização do Manual de Normas e Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema Confere/Cores como apoio à Gestão do Conhecimento;
- d) Avaliação de desempenho.

6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Não houve contratação de mão de obra temporária.

6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia de Informação é realizada, sobretudo, por equipe de Tecnologia da Informação do Conselho Federal, responsável pela implementação de Sistemas informatizados no âmbito do Sistema CONFERE/CORES, bem como controle de sistemas, implementação de melhorias e solução de problemas eventuais.

6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O CORE-TO não possui profissionais contratados da área específica de Tecnologia da Informação. O trabalho de suporte em T.I. é terceirizado para realizar a manutenção eventual de máquinas, equipamentos e sistemas.

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O CORE-TO tem buscado continuamente melhorar o relacionamento com a sociedade em geral. Durante o ano de 2016, várias foram as medidas adotadas, que possibilitaram a que a informação fosse mais acessível a todos.

7.1 CANAIS DE ACESSO

Introdução

Dentre os canais de acesso ao cidadão, pode-se destacar: o site, na qual todos podem ter acesso às mais diversas informações sobre as atividades do Conselho, contando ainda com um portal da transparência, a ouvidoria, e os Informativos mensais, trimestrais e anual.

Análise Crítica

O site do CORE-TO foi adaptado para atendimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), seguindo determinações do Acórdão nº 96/2016 - TCU, e tem proporcionado a divulgação de informações e acesso mais transparente às informações por parte dos cidadãos. Contamos com o SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), que passou a vigorar a partir de agosto de 2016, possibilitando: envio de solicitações, sugestões e reclamações quanto à atividades do Conselho.

O site conta ainda com uma variedade de informações adicionais, que visem proporcionar maior comodidade aos usuários: notícias, informações sobre legislação, modelos de documentos, apresentação da estrutura do Conselho, perguntas frequentes, oportunidades de representação, dentre outros.

Solicitações	Reclamações	Denúncias	Sugestões	Atendimentos/Encaminhamentos
0	0	0	1	1

Canais de Acesso

Tipo de Canal	Ouvidoria (eletrônico)
Portaria de criação:	
Endereço / link de acesso:	ouvidoria@coretocantins.org.br
Horário de funcionamento:	Das 08h às 18h.
Descrição:	
Tipo de Canal	Site (eletrônico)
Portaria de criação:	
Endereço / link de acesso:	www.coretocantins.org.br
Horário de funcionamento:	Ininterrupto.
Descrição:	

7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

O canal da ouvidoria do Core-TO permite envio de formulário com solicitações, reclamações, dúvidas e sugestões diversas, permitindo que o usuário manifeste-se quanto à estes pontos, o que possibilita auferir o grau de satisfação.

7.3 TRANSPARÊNCIA

Introdução

Durante o ano de 2016, o sítio eletrônico do CORE-TO (disponível no link: www.coretocantins.org.br) foi adequado e adaptado para atendimento à Lei nº 12.527/2011, sendo disponibilizado o Portal da Transparência próprio do Conselho.

Denominada Lei de Acesso à Informação, a Lei normatiza os artigos 5º e 37º da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos.

Endereço do portal da transparência

<http://www.coretocantins.org.br/site/principal>

Informações disponíveis ao Cidadão

Informações institucionais, quanto aos serviços oferecidos, planejamentos, informações financeiras, realização de licitações e informações sobre legislação.

Análise crítica

O Portal tem sido amplamente acessados pelos cidadãos-usuários e tem sido atualizado frequentemente.

7.4 ACESSIBILIDADE

A sede do CORE-TO, localizado na Quadra 103 Sul, Rua SO 07, nº 19, na cidade de Palmas-TO, conta com rampas de acesso e banheiros adaptados para uso de Portares de necessidades especiais que garantem a todos de igual forma o acesso às instalações do Conselho.

Como medidas de acessibilidade ainda, pode-se citar os canais de acesso à distância: disponibilidades de vários ramais telefônicos, e variedades de correios eletrônicos (e-mails).

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Estima-se que o desempenho financeiro do CORE-TO durante o exercício ficou dentro da normalidade devido à recessão do ano 2016.

8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO

ANEXO - Comparativo de receitas - 2016 - Vide anexo do tópico 8.1 no final da seção

8.2 NCASP

Foram adotados procedimentos para a depreciação, bem como a avaliação e mensuração de ativos e passivos da entidade no decorrer do exercício de 2016. Em razão da implantação e procedimentos decorrentes da nova contabilidade pública, a depreciação foi executada de acordo com a Circular nº 30/2014 Confere.

O CORE/TO procedeu a depreciação de seu imobilizado, as taxas aplicadas considerando o valor residual de 10%, mobiliário em geral 10%; máquinas, motores e aparelhos elétricos 10%; equipamentos de informática 20%; sistemas eletrônicos 20%; central telefônica 20%; veículos 25%; imóveis 4%; instalações 10%. Todas as taxas aplicadas no exercício de 2016, adotando-se como metodologia as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

8.3 APURAÇÃO CUSTOS

Houve somente orientações para o bom desempenho das atividades do Conselho.

8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

Comparativo de receitas - 2016 - Anexo do tópico 8.1

Comparativo da Receita

Receita		Orçado	Arrec. Período		Arrec. Exerc.		Diferença	
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA	700.000,00	639.148,80	91,31%	639.148,80	91,31%	60.851,20	8,69%
6.2.1.2.1	RECEITA CORRENTE	700.000,00	639.148,80	91,31%	639.148,80	91,31%	60.851,20	8,69%
6.2.1.2.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	533.000,00	527.394,81	98,95%	527.394,81	98,95%	5.605,19	1,05%
6.2.1.2.1.02.01	ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	533.000,00	527.394,81	98,95%	527.394,81	98,95%	5.605,19	1,05%
6.2.1.2.1.02.01.01	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	160.600,00	148.851,83	92,68%	148.851,83	92,68%	11.748,17	7,32%
6.2.1.2.1.02.01.01.001	Anuidade PF - do Exercício	160.000,00	148.369,90	92,73%	148.369,90	92,73%	11.630,10	7,27%
6.2.1.2.1.02.01.01.002	Anuidade PF - do Exercício Anterior	600,00	481,93	80,32%	481,93	80,32%	118,07	19,68%
6.2.1.2.1.02.01.02	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	272.400,00	282.826,81	103,83%	282.826,81	103,83%	-10.426,81	-3,83%
6.2.1.2.1.02.01.02.001	Anuidade PJ - do Exercício	272.400,00	282.826,81	103,83%	282.826,81	103,83%	-10.426,81	-3,83%
6.2.1.2.1.02.01.03	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	100.000,00	95.716,17	95,72%	95.716,17	95,72%	4.283,83	4,28%
6.2.1.2.1.02.01.03.001	Responsável Técnico - do Exercício	100.000,00	95.716,17	95,72%	95.716,17	95,72%	4.283,83	4,28%
6.2.1.2.1.05	RECEITA DE SERVICOS	71.600,00	60.542,39	84,56%	60.542,39	84,56%	11.057,61	15,44%
6.2.1.2.1.05.01	EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	45.507,00	44.748,54	98,33%	44.748,54	98,33%	758,46	1,67%
6.2.1.2.1.05.01.01	Pessoa Física	19.807,00	19.806,32	100,00%	19.806,32	100,00%	0,68	0,00%
6.2.1.2.1.05.01.02	Pessoa Jurídica	19.000,00	18.730,16	98,58%	18.730,16	98,58%	269,84	1,42%
6.2.1.2.1.05.01.03	Responsável Técnico	6.700,00	6.212,06	92,72%	6.212,06	92,72%	487,94	7,28%

Receita		Orçado	Arrec. Período		Arrec. Exerc.		Diferença	
6.2.1.2.1.05.02	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.293,00	1.854,64	43,20%	1.854,64	43,20%	2.438,36	56,80%
6.2.1.2.1.05.02.01	Pessoa Física	2.000,00	724,62	36,23%	724,62	36,23%	1.275,38	63,77%
6.2.1.2.1.05.02.02	Pessoa Jurídica	2.000,00	907,14	45,36%	907,14	45,36%	1.092,86	54,64%
6.2.1.2.1.05.02.03	Responsável Técnico	293,00	222,88	76,07%	222,88	76,07%	70,12	23,93%
6.2.1.2.1.05.03	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	13.800,00	13.164,14	95,39%	13.164,14	95,39%	635,86	4,61%
6.2.1.2.1.05.03.01	Pessoa Física	4.800,00	4.724,42	98,43%	4.724,42	98,43%	75,58	1,57%
6.2.1.2.1.05.03.02	Pessoa Jurídica	6.500,00	6.321,90	97,26%	6.321,90	97,26%	178,10	2,74%
6.2.1.2.1.05.03.03	Responsável Técnico	2.500,00	2.117,82	84,71%	2.117,82	84,71%	382,18	15,29%
6.2.1.2.1.05.04	BAIXA DE REGISTRO	3.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3.000,00	100,00%
6.2.1.2.1.05.04.01	Pessoa Física	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00%
6.2.1.2.1.05.04.02	Pessoa Jurídica	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00%
6.2.1.2.1.05.04.03	Responsável Técnico	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00%
6.2.1.2.1.05.07	RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	5.000,00	775,07	15,50%	775,07	15,50%	4.224,93	84,50%
6.2.1.2.1.05.07.01	Transformação de Registro	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00%
6.2.1.2.1.05.07.03	Suspensão de Registro	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00%
6.2.1.2.1.05.07.04	Alteração Cadastral	2.000,00	775,07	38,75%	775,07	38,75%	1.224,93	61,25%
6.2.1.2.1.05.07.06	Manutenção de Registro	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00%
6.2.1.2.1.06	FINANCEIRAS	14.442,00	10.399,05	72,01%	10.399,05	72,01%	4.042,95	27,99%
6.2.1.2.1.06.05	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	14.442,00	10.399,05	72,01%	10.399,05	72,01%	4.042,95	27,99%
6.2.1.2.1.06.05.03	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	9.800,00	5.758,61	58,76%	5.758,61	58,76%	4.041,39	41,24%
6.2.1.2.1.06.05.03.002	Anuidade PF	400,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	400,00	100,00%
6.2.1.2.1.06.05.03.003	Anuidade PJ	1.400,00	573,89	40,99%	573,89	40,99%	826,11	59,01%

Receita		Orçado	Arrec. Período		Arrec. Exerc.		Diferença	
6.2.1.2.1.06.05.03.004	Anuidade Responsável Técnico	1.000,00	113,58	11,36%	113,58	11,36%	886,42	88,64%
6.2.1.2.1.06.05.03.006	Multa sobre Registro PJ	4.000,00	3.677,23	91,93%	3.677,23	91,93%	322,77	8,07%
6.2.1.2.1.06.05.03.007	Multa sobre Registro PF	1.000,00	201,65	20,16%	201,65	20,16%	798,35	79,84%
6.2.1.2.1.06.05.03.008	Multa sobre Registro Responsável Técnico	2.000,00	1.192,26	59,61%	1.192,26	59,61%	807,74	40,39%
6.2.1.2.1.06.05.07	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.642,00	4.640,44	99,97%	4.640,44	99,97%	1,56	0,03%
6.2.1.2.1.06.05.07.005	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.642,00	4.640,44	99,97%	4.640,44	99,97%	1,56	0,03%
6.2.1.2.1.06.05.07.005.001	Poupança	4.642,00	4.640,44	99,97%	4.640,44	99,97%	1,56	0,03%
6.2.1.2.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.958,00	40.812,55	50,41%	40.812,55	50,41%	40.145,45	49,59%
6.2.1.2.1.08.01	DÍVIDA ATIVA	77.000,00	40.174,78	52,18%	40.174,78	52,18%	36.825,22	47,82%
6.2.1.2.1.08.01.01	Administrativa	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.000,00	100,00%
6.2.1.2.1.08.01.02	Executiva	75.000,00	40.174,78	53,57%	40.174,78	53,57%	34.825,22	46,43%
6.2.1.2.1.08.03	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.958,00	637,77	16,11%	637,77	16,11%	3.320,23	83,89%
6.2.1.2.1.08.03.01	Indenizações	1.958,00	509,10	26,00%	509,10	26,00%	1.448,90	74,00%
6.2.1.2.1.08.03.02	Restituições	2.000,00	128,67	6,43%	128,67	6,43%	1.871,33	93,57%
Total:		700.000,00	639.148,80		639.148,80		60.851,20	

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

Davi Aparecido Silva Pereira
 Presidente
 0003/2000
 101.224.378-88

Carlos Regino Rodrigues Correia
 Contador
 001556/O-0 TO
 801.136.641-68

Romeu Capra
 Tesoureiro
 0007/2000
 573.805.209-97

Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Anexo do t3pico 8.4

CORE/TO

Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins

CNPJ: 04.301.976/0001-55

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	639.148,80	645.167,65	Despesa Orçamentária	651.181,62	635.857,06
RECEITA REALIZADA	639.148,80	645.167,65	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	230,99	
RECEITA CORRENTE	639.148,80	634.667,65	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	22.510,73	635.857,06
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	527.394,81	464.900,76	CREDITO EMPENHADO – PAGO	628.439,90	
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	527.394,81	464.900,76	DESPEZA CORRENTE	601.967,36	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	148.851,83	122.820,67	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	140.686,70	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	282.826,81	255.265,06	ENCARGOS PATRONAIS	72.245,30	
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	95.716,17	86.815,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	231.122,72	
RECEITA DE SERVICOS	60.542,39	42.789,77	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	8.899,36	
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	44.748,54	34.829,17	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	2.572,19	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	1.854,64	432,91	SERVIÇOS BANCÁRIOS	24.164,09	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	13.164,14	6.848,66	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	122.277,00	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	775,07	679,03	DESPEZA DE CAPITAL	26.472,54	
FINANCEIRAS	10.399,05	8.647,95	INVESTIMENTOS	878,00	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES		1.124,50	INVERSÕES FINANCEIRAS	25.594,54	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	10.399,05	7.523,45			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	5.758,61	6.688,47			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.640,44	834,98			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.640,44	834,98			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.812,55	118.329,17			
DÍVIDA ATIVA	40.174,78	117.902,58			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	637,77	426,59			
RECEITA DE CAPITAL		10.500,00			
ALIENACAO DE BENS		10.500,00			
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS		10.500,00			
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO		635.857,06
			DESPEZA CORRENTE		591.464,24
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		163.092,28
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		276.513,03
			TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		6.594,65
			DEMAIS DESPESAS CORRENTES		5.937,97
			SERVIÇOS BANCÁRIOS		12.575,52
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		126.750,79
			DESPEZA DE CAPITAL		44.392,82
			INVESTIMENTOS		18.435,25
			INVERSÕES FINANCEIRAS		25.957,57
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	22.741,72	641.004,58	Pagamentos Extraorçamentários	20.876,11	647.684,62
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	230,99		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	22.510,73		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	20.876,11	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários			Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Saldo em espécie do Exercício Anterior	42.777,18	40.146,63	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	32.609,97	42.777,18

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalente de Caixa	42.777,18		Caixa e Equivalente de Caixa	32.609,97	
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	704.667,70	1.326.318,86		704.667,70	1.326.318,86

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

Davi Aparecido Silva Pereira
 Presidente
 0003/2000
 101.224.378-88

Carlos Regino Rodrigues Correia
 Contador
 001556/O-0 TO
 801.136.641-68

Romeu Capra
 Tesoureiro
 0007/2000
 573.805.209-97

Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Anexo do tópico 8.4

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	700.000,00	700.000,00	639.148,80	-60.851,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	480.000,00	533.000,00	527.394,81	-5.605,19
ANUIDADES	480.000,00	533.000,00	527.394,81	-5.605,19
PESSOAS FÍSICAS	166.000,00	160.600,00	148.851,83	-11.748,17
PESSOAS JURÍDICAS	208.000,00	272.400,00	282.826,81	10.426,81
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	106.000,00	100.000,00	95.716,17	-4.283,83
RECEITA DE SERVIÇOS	99.000,00	71.600,00	60.542,39	-11.057,61
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	52.000,00	45.507,00	44.748,54	-758,46
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS/CERTIFICADOS	6.000,00	4.293,00	1.854,64	-2.438,36
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	26.000,00	13.800,00	13.164,14	-635,86
BAIXA DE REGISTRO	6.000,00	3.000,00	0,00	-3.000,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	9.000,00	5.000,00	775,07	-4.224,93
FINANCEIRAS	30.000,00	14.442,00	10.399,05	-4.042,95
MULTA, ATUALIZ. MONETÁRIA E JUROS	10.000,00	0,00	0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	20.000,00	14.442,00	10.399,05	-4.042,95
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS	20.000,00	9.800,00	5.758,61	-4.041,39
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	4.642,00	4.640,44	-1,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.000,00	80.958,00	40.812,55	-40.145,45
DÍVIDA ATIVA	85.000,00	77.000,00	40.174,78	-36.825,22

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			6.000,00	3.958,00	637,77	-3.320,23
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			700.000,00	700.000,00	639.148,80	-60.851,20
DÉFICIT			0,00	0,00	12.032,82	0,00
TOTAL			700.000,00	700.000,00	651.181,62	-48.818,38
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	608.000,00	651.842,00	624.709,08	624.478,09	601.967,36	27.132,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	203.000,00	230.924,24	230.903,23	230.903,23	212.932,00	21,01
REMUNERAÇÃO PESSOAL	133.000,00	144.219,47	144.198,46	144.198,46	132.886,70	21,01
ENCARGOS PATRONAIS	56.000,00	78.904,77	78.904,77	78.904,77	72.245,30	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL	14.000,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	240.000,00	247.177,00	231.353,71	231.122,72	231.122,72	15.823,29
USO DE BENS E SERVIÇOS	85.000,00	68.900,00	59.933,62	59.926,92	59.926,92	8.966,38
SERVICIOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	125.000,00	138.277,00	131.994,97	131.770,68	131.770,68	6.282,03
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	30.000,00	40.000,00	39.425,12	39.425,12	39.425,12	574,88
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	11.000,00	11.000,00	8.899,36	8.899,36	8.899,36	2.100,64
TRIBUTOS	11.000,00	11.000,00	8.899,36	8.899,36	8.899,36	2.100,64
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.000,00	4.000,00	2.572,19	2.572,19	2.572,19	1.427,81
SERVIÇOS BANCÁRIOS	10.000,00	24.165,00	24.164,09	24.164,09	24.164,09	0,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	140.000,00	134.575,76	126.816,50	126.816,50	122.277,00	7.759,26
SUBVENÇÕES SOCIAIS	140.000,00	134.575,76	126.816,50	126.816,50	122.277,00	7.759,26
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	92.000,00	48.158,00	26.472,54	26.472,54	26.472,54	21.685,46
INVESTIMENTOS	64.000,00	20.158,00	878,00	878,00	878,00	19.280,00
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	10.000,00	4.158,00	0,00	0,00	0,00	4.158,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	54.000,00	16.000,00	878,00	878,00	878,00	15.122,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
INVERSÕES FINANCEIRAS	28.000,00	28.000,00	25.594,54	25.594,54	25.594,54	2.405,46
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	28.000,00	28.000,00	25.594,54	25.594,54	25.594,54	2.405,46
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	700.000,00	700.000,00	651.181,62	650.950,63	628.439,90	48.818,38
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	700.000,00	700.000,00	651.181,62	650.950,63	628.439,90	48.818,38

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

Davi Aparecido Silva Pereira
 Presidente
 0003/2000
 101.224.378-88

Carlos Regino Rodrigues Correia
 Contador
 001556/O-0 TO
 801.136.641-68

Romeu Capra
 Tesoureiro
 0007/2000
 573.805.209-97

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	1.455,88	20.876,11	20.876,11	1.455,88	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.451,41	14.034,10	14.034,10	1.451,41	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.083,79	1.083,79	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	62,71	62,71	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4,47	5.695,51	5.695,51	4,47	0,00
TOTAL:	1.455,88	20.876,11	20.876,11	1.455,88	0,00

Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Anexo do tópico 8.4

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	32.609,97	42.777,18	PASSIVO CIRCULANTE	22.510,73	20.876,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32.609,97	42.777,18	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	11.207,66	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	20.876,11
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	4.539,50	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	6.763,57	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	3.076.598,64	2.648.422,90	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.348.187,76	1.857.661,20	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	799.998,23	825.592,77
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.348.187,76	1.857.661,20	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	799.998,23	825.592,77
IMOBILIZADO	728.410,88	790.761,70	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	165.518,11	170.358,85	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	734.529,25	735.492,51	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	171.636,48	115.089,66	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	822.508,96	846.468,88

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	2.286.699,65	1.844.731,20
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.286.699,65	1.844.731,20
TOTAL	3.109.208,61	2.691.200,08	TOTAL	3.109.208,61	2.691.200,08
ATIVO FINANCEIRO	32.609,97	42.777,18	PASSIVO FINANCEIRO	22.741,72	20.876,11
ATIVO PERMANENTE	3.076.598,64	2.648.422,90	PASSIVO PERMANENTE	799.998,23	825.592,77
SALDO PATRIMONIAL				2.286.468,66	1.844.731,20

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	9.868,25	21.901,07

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

Davi Aparecido Silva Pereira
Presidente
0003/2000
101.224.378-88

Carlos Regino Rodrigues Correia
Contador
001556/O-0 TO
801.136.641-68

Romeu Capra
Tesoreroiro
0007/2000
573.805.209-97

Notas Explicativas**0 - Notas Explicativas 2016****NOTAS EXPLICATIVAS**

-

BALANÇO PATRIMONIAL

-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016, do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins. CORE – TO.

1 – ATIVO CIRCULANTE (FINANCEIRO)

DISPONIVEL

CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Registra os valores em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições de uso imediato. Os saldos disponíveis em 31.12.2016 no valor **R\$ 32.609,97** (trinta e dois mil, seiscentos e nove reais e noventa e sete centavos) se apresentam da seguinte forma.

Bancos C/Movimento

Saldo disponível em 31.12.2016 é de **R\$ 32.609,97** (trinta e dois mil, seiscentos e nove reais e noventa e sete centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, da conciliação bancária e do extrato bancário.

2 – ATIVO NÃO – CIRCULANTE (PERMANENTE)

Registra os valores de **R\$ 3.076.598,64** (três milhões, setenta e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos) se apresentam da seguinte

forma.

BENS PATRIMONIAIS

DIVIDA ATIVA

Registra o valor de **R\$ 2.348.187,76** (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), correspondentes a saldo de inscrições em dívida ativa de exercícios anteriores.

BENS MÓVEIS

O valor de **R\$ 165.518,11** (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e dezoito reais e onze centavos), correspondentes a móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e equipamentos de copa e cozinha, bens móveis de propriedade do CORE – TO sendo:

Móveis e Utensílios	-	R\$	54.720,36
Máquinas e Equipamentos	-	R\$	39.959,38
Utensílios de copa e cozinha	-	R\$	375,10
<u>Equipamentos de Informática</u>	-	R\$	<u>70.463,27</u>
Total	-	R\$	165.518,11

BENS IMÓVEIS

Registra o valor de **R\$ 734.529,25** (setecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos), correspondentes ao Prédio, Terreno e Instalações, ambos de propriedade do CORE – TO.

Edifícios	-	R\$	542.481,25
Terrenos	-	R\$	11.385,60

Instalações	-	R\$	180.662,40
Total	-	R\$	734.529,25

DEPRECIACÃO

Registra o valor de **R\$ 171.636,48** (cento e setenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), referente a depreciação de bens móveis e imóveis do exercício financeiro de 2016.

3 – PASSIVO CIRCULANTE (FINANCEIRO)

DIVIDA FLUTUANTE

RESTOS A PAGAR

Registra o valor de **R\$ 22.510,73** (vinte e dois mil, quinhentos e dez reais e setenta e três centavos), referente a valores a pagar da Folha de Pagamento, Cota Parte Confere, INSS, FGTS, PIS e Impostos inscritos em restos a pagar processados do exercício de 2016.

Folha de Pagamento	-	R\$	11.207,66
Cota Parte Confere	-	R\$	4.539,50
INSS	-	R\$	5.012,15
FGTS	-	R\$	1.405,94
PIS	-	R\$	241,38
<u>Impostos IRRF</u>	-	<u>R\$</u>	<u>104,10</u>
Total	-	R\$	22.510,73

4 – PASSIVO NÃO – CIRCULANTE (PERMANENTE)

DIVIDA FLUTUANTE

Registra o valor de **R\$ 799.998,23** (setecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e três centavos), referente a empréstimo para compra de veículo, implantação e aquisição da sede própria do CORE – TO.

PATRIMONIO LÍQUIDO

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávits e/ou Déficits apurados anualmente. Até o exercício de 2016, o Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins – CORE – TO, apresentou um superávit de **R\$ 2.288.155,53** (dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).

Palmas – TO, 31 de dezembro de 2016.

Carlos Regino Rodrigues Correia

CONTADOR

CRC/TO 1556/O-0

**Demonstrativo das Variações
Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais - Anexo do tópico
8.4**

Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.738.815,58	516.765,07	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.295.391,25	917.026,28
CONTRIBUIÇÕES	527.597,15	465.376,86	PESSOAL E ENCARGOS	230.903,23	163.092,28
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	527.597,15	465.376,86	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	151.998,46	101.505,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	527.597,15	465.376,86	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	151.998,46	101.505,40
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	60.340,05	42.738,87	ENCARGOS PATRONAIS	78.904,77	61.586,88
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	60.340,05	42.738,87	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	78.904,77	61.586,88
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	60.340,05	42.738,87	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	250.934,86	290.813,12
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	10.399,05	8.647,95	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	18.583,32	18.426,47
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.758,61	7.812,97	CONSUMO DE MATERIAL	18.583,32	18.426,47
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	5.758,61	7.812,97	SERVIÇOS	173.114,28	210.923,68
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	4.640,44	834,98	DIARIAS	32.400,00	32.598,33
MULTAS SOBRE ANUIDADES	4.640,44	834,98	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	8.943,60	17.046,67
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.140.479,33	1,39	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	131.770,68	161.278,68
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.140.479,33	1,39	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	59.237,26	61.462,97
INDENIZAÇÕES	637,77	1,39	DEPRECIACAO	59.237,26	61.462,97
DÍVIDA ATIVA	1.138.385,68	0,00	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	24.164,09	12.575,52
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	1.455,88	0,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	24.164,09	12.575,52
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	24.164,09	12.575,52
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	126.816,50	126.750,79
			TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	126.816,50	126.750,79
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	126.816,50	126.750,79
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	3.991,56	22.960,98
			PERDAS COM ALIENAÇÃO	3.991,56	22.960,98
			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	3.991,56	22.960,98
			TRIBUTÁRIAS	8.899,36	6.594,65
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.899,36	6.594,65

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			IMPOSTOS	8.899,36	6.594,65
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	649.681,65	294.238,94
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	649.681,65	294.238,94
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	649.681,65	294.238,94
Total das Variações Ativas :	1.738.815,58	516.765,07	Total das Variações Passivas :	1.295.391,25	917.026,28
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício		400.261,21	Superávit do Exercício	443.424,33	
Total	1.738.815,58	917.026,28	Total	1.738.815,58	917.026,28

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

Davi Aparecido Silva Pereira
Presidente
0003/2000
101.224.378-88

Carlos Regino Rodrigues Correia
Contador
001556/O-0 TO
801.136.641-68

Romeu Capra
Tesoureiro
0007/2000
573.805.209-97

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	26.472,54	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf -
Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo
do t3pico 8.4**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	639.148,80	634.667,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	527.394,81	464.900,76
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	527.394,81	464.900,76
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	148.851,83	122.820,67
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	282.826,81	255.265,06
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	95.716,17	86.815,03
RECEITA DE SERVIÇOS	60.542,39	42.789,77
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	44.748,54	34.829,17
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	1.854,64	432,91
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	13.164,14	6.848,66
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	775,07	679,03
FINANCEIRAS	10.399,05	8.647,95
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	0,00	1.124,50
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	10.399,05	7.523,45
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	5.758,61	6.688,47
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.640,44	834,98
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.640,44	834,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.812,55	118.329,17
DÍVIDA ATIVA	40.174,78	117.902,58
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	637,77	426,59
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	641.004,58
OUTROS INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPEZA CORRENTE	601.967,36	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	140.686,70	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	72.245,30	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	231.122,72	0,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	8.899,36	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	2.572,19	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	24.164,09	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	122.277,00	0,00
DESPEZA CORRENTE	0,00	591.464,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	163.092,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	276.513,03
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	6.594,65
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.937,97
SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	12.575,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	126.750,79
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	647.684,62
OUTROS DESEMBOLSOS	20.876,11	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	16.305,33	36.523,37

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
ALIENACAO DE BENS	0,00	10.500,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	10.500,00
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
INVESTIMENTOS	878,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	25.594,54	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	18.435,25
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	25.957,57
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-26.472,54	-33.892,82
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-10.167,21	2.630,55

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	42.777,18	40.146,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	32.609,97	42.777,18

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

 Davi Aparecido Silva Pereira
 Presidente
 0003/2000
 101.224.378-88

 Carlos Regino Rodrigues Correia
 Contador
 001556/O-0 TO
 801.136.641-68

 Romeu Capra
 Tesoureiro
 0007/2000
 573.805.209-97

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

INTRODUÇÃO SEÇÃO

9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU

O cumprimento do estabelecido no Acórdão 96/2016 - TCU - Planário, foi a única determinação para o ano. O Acórdão exige dos Conselhos de classe, o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

O CORE-TO cumpriu as determinações dentro do prazo disposto, adaptando o sítio eletrônico a fim de disponibilizar o mínimo de informações a cerca das atividades do Conselho, criando ainda o Portal da Transparência do CORE-TO.

9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

A recomendações do Órgão de Controle Interno, Confere, voltaram-se, em especial, para a adoção de medidas de contenção de gastos, devido ao ano de recessão, que foram e permanecem sendo atendidas.

Buscou-se, no decorrer do ano de 2016, a redução de gastos diversos, dentre os quais, a redução de desperdícios e o consumo consciente, minimizando ainda possíveis falhas que viessem a acarretar o aumento potencial de despesas.

Além disso, houve recomendações explícitas para o bom desempenho das atividades do Conselho, reforçando a necessidade constante de fortalecimento da Fiscalização, e cumprimento de determinações legais.

9.3 DANOS AO ERÁRIO

No dia 15 de agosto de 2016, o Conselho foi vítima de furto, conforme BOLETIM DE OCORRENCIA Nº 48789-E/2016, tendo sido furtados os seguintes bens:

Forno micro-ondas Electrolux, patrimônio nº 00165;

Aspirador de pó, Electrolux, patrimônio nº 00027;

Diante do evento, o Conselho acionou o seguro, tendo pago a franquia no valor de R\$ 424,25 (quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos), que foram descontados do montante do prêmio, sendo restituído o valor de R\$ 509,10 (quinhentos e nove reais e dez centavos).

Foram adquiridos os seguintes bens no exercício de 2017:

1 Forno micro ondas, Electrolux no valor de R\$ 469,00;

1 Aspirador de pó Electrolux no valor de R\$ 230,00;

O seguro predial e de bens se encontra ativo.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO - Boletim de Ocorrência - N 48789 - Dano ao Erário - Vide anexo do tópico 11.1 no final da seção

ANEXO - Resolução 1.091/2017 Confere - Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2016 - Vide anexo do tópico 11.1 no final da seção

**Boletim de Ocorrência - N 48789 - Dano ao
Erário - Anexo do tópico 11.1**



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS
Central de Atendimento da Polícia Civil - Palmas - Centro**

Boletim de Ocorrência nº 48789 E / 2016

Registrado em 15/08/2016 às 11:59 horas

Dados Gerais

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: **Furto**

DATA DO FATO: **15/8/2016** - HORA FATO: **07:59**

LOCAL DO FATO: **Quadra 103 Sul, Rua So 07, 19, Palmas / TO**

BAIRRO: **plano direto sul**

AFETO A: **1ª Delegacia de Polícia Civil de Palmas**

Autoria Desconhecida sem descrição

Vítima - Pessoa Jurídica

VÍTIMA (Pessoa Jurídica): **Conselho Reginal dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins**

NOME FANTASIA: **Core- To**

CNPJ: **04.301.976/0001-55**

End: **Quadra 103 Sul, Rua So 07, Nº, 19 , CORE- TO**

MUNICÍPIO: **Palmas/TO**

Representante legal: Conselho Reginal dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins

NOME: **Jonnatan Lopes de Sousa**

PAI: **Manoel de Sousa Neto**

MÃE: **Maria Alice Lopes de Sousa**

SEXO: **Masculino** - EST. CIVIL: **Casado** - DT NASC: **04/09/1982** IDADE: **33** anos

NATURAL DE: **Fortaleza** - UF: **CE** - PROFISSÃO: **assessor administrativo**

DOC.IDENT.: **612913** - ÓRGÃO EXP: **SESP/Polícia Civil/TO**

CPF: **956.903.951-53**

END. RES.: **Quadra Jardim Flamboyant 2, Qd- 01, Lote , 22 - BAIRRO: Lusimangues**

MUNICÍPIO: **Porto Nacional/TO**

END. COM.: **Quadra 103 Sul, Rua So 07, Nº, 19 , Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Tocantins - BAIRRO: Plano Diretor Sul**

MUNICÍPIO: **Palmas/TO**

Celular: **63 99976-0777** Telefone Comercial: **63 3212-1388**

Material

TIPO DE MATERIAL: **Forno elétrico / micro-ondas**

SITUAÇÃO: **Furtado (Não Recuperado)** QUANTIDADE: **1**

MARCA: **Eletrolux**

MATERIAL RELACIONADO COM O ENVOLVIDO: **Jonnatan Lopes de Sousa**

TELEFONE: **63 3212-1381**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: **patrimônio nº 00165**

TIPO DE MATERIAL: **Aspirador de pó**

SITUAÇÃO: **Furtado (Não Recuperado)** QUANTIDADE: **1**

MARCA: **Eletrolux**

MATERIAL RELACIONADO COM O ENVOLVIDO: **Jonnatan Lopes de Sousa**

TELEFONE: **63 3212-1381**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: **patrimônio nº 00027**

Histórico

QUE, na data de hoje, 15/08/2016, quando foi abrir o Cosenho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins constatou que arrobaram a porta dos fundos, subtraíram os itens acima descrito e diversos materiais de limpeza. Acrescenta que não sabe declinar o possível autor do crime. Nada mais disse. Vai devidamente assiando.

Requisições expedidas

Requisições IML: **Não**

Instituto de Criminalística: **Sim**

Instituto de Identificação: **Não**

x 
Jonnatan Lopes de Sousa
Comunicante


João Batista Marques
Delegado de Polícia Classe Especial


Fernando Henrique Tavares Oliveira
Escrivão de Polícia 1a. Classe

**Resolução 1.091/2017 Confere - Aprovação
da Prestação de Contas do exercício de
2016 - Anexo do tópico 11.1**



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE

RESOLUÇÃO Nº 1.091/2017 - CONFERE

O CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XI do artigo 6º do seu Regimento Interno, e de acordo com deliberação do Plenário da entidade, em reunião realizada entre os dias 27 e 31 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Prestações de Contas, para o exercício de 2016, do Conselho Federal dos Representantes Comerciais (Confere) e dos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais no Distrito Federal (Core-DF) e nos Estados de Alagoas (Core-AL), Amazonas (Core-AM), Bahia (Core-BA), Ceará (Core-CE), Espírito Santo (Core-ES), Goiás (Core-GO), Maranhão (Core-MA), Mato Grosso (Core-MT), Mato Grosso do Sul (Core-MS), Minas Gerais (Core-MG), Pará (Core-PA), Paraíba (Core-PB), Paraná (Core-PR), Pernambuco (Core-PE), Piauí (Core-PI), Rio de Janeiro (Core-RJ), Rio Grande do Norte (Core-RN), Rio Grande do Sul (Core-RS), Rondônia (Core-RO), Santa Catarina (Core-SC), São Paulo (Core-SP), Sergipe (Core-SE), e Tocantins (Core-TO), na forma a seguir:

Confere – regular; Core-DF – regular com ressalva; Core-AL – regular; Core-AM – regular com ressalva; Core-BA – regular com ressalva; Core-CE – regular com ressalva; Core-ES – regular com ressalva; Core-GO – regular; Core-MA – regular com ressalvas; Core-MT – regular com ressalvas; Core-MS – regular; Core-MG – regular; Core-PA – regular com ressalva; Core-PB – regular com ressalva; Core-PR – regular; Core-PE –

Sede: Av. Graça Aranha, nº 416 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20030-001

Tels.: (21) 2533-8130/2533-8131/2532-0847/2532-0955/2533-5675 – Fax: (21) 2533-8467

Escritório de Relações Institucionais em Brasília: SBS, Qd 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad – 14º andar, sls. 1401 a 1406
CEP: 70070-120, Tel.: (61) 3225-3663 – Fax: (61) 3223-2442

E-mail: confere@confere.org.br – Web-page: www.confere.org.br



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE

regular; Core-PI – regular com ressalva; Core-RJ – regular com
ressalva; Core-RN – regular com ressalvas; Core-RS – regular;
Core-RO – regular com ressalva; Core-SC – regular; Core-SP –
regular com ressalva; Core-SE – regular com ressalva; Core-TO
– regular.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua
publicação.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

Manoel Affonso Mendes de Farias Mello
Diretor-Presidente

Rodolfo Tavares
Diretor-Tesoureiro

Solange Barbosa Azzi
Procuradora-Geral

C.P.A.

Sede: Av. Graça Aranha, nº 416 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20030-001
Tels.: (21) 2533-8130/2533-8131/2532-0847/2532-0955/2533-5675 – Fax: (21) 2533-8467

Escritório de Relações Institucionais em Brasília: SBS, Qd 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad – 14º andar, sls. 1401 a 1406
CEP: 70070-120, Tel.: (61) 3225-3663 – Fax: (61) 3223-2442

E-mail: confere@confere.org.br – Web-page: www.confere.org.br

Assinatura(s)

12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

ANEXO - Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Relatório de auditor independente - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna - Anexo do tópico 12.1



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE

CERTIFICADO DE AUDITORIA Nº 011/2017

Ref.: Core - TO - exercício de 2016

Presente a esta Comissão Permanente de Auditoria (C.P.A.), o processo da Prestação de Contas do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins, Palmas - TO, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, encaminhado pelo ofício nº 006/17, de 10 de fevereiro de 2017, protocolado na Secretaria deste CONFERE em 21/02/17, sob o nº 025414.

Utilizamos como base o Relatório e o Parecer elaborados por Indep Auditores Independentes S/S, emitidos com opinião sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo naquela data, além do Relatório de Controles Internos, dos exames efetuados compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de agosto do exercício de 2016, emitido pela Comissão Permanente de Auditoria - CPA do Confere.

Os exames de controles internos foram conduzidos de acordo com a legislação federal aplicável as diversas áreas e atividades examinadas, em consonância com os normativos do Manual de Normas e Procedimentos Contábeis, Financeiros e Administrativos do Sistema Confere/Cores, realizados com base em testes das evidências e das comprovações quanto à legitimidade dos documentos que deram origem às mencionadas peças e atos de gestão praticados.

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao setor público e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Sede: Av. Graça Aranha, nº 416 - 4º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20030-001

Tels.: (21) 2533-8130/2533-8131/2532-0847/2532-0955/2533-5675 - Fax: (21) 2533-8467

Escritório de Relações Institucionais em Brasília: SBS, Qd 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad - 14º andar, sls. 1401 a 1406

CEP: 70070-120, Tel.: (61) 3225-3663 - Fax: (61) 3223-2442

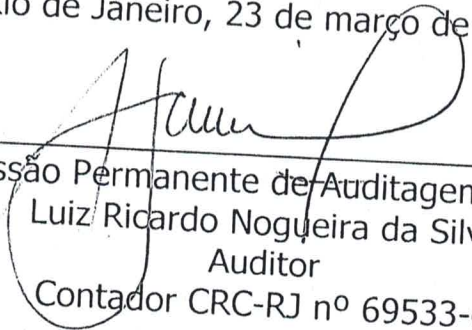
E-mail: confere@confere.org.br - Web-page: www.confere.org.br




CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE

Tendo em vista os exames levados a efeito em consonância com o escopo acima definido, compreendendo os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa, esclarecendo que o referido processo foi conferido sob o aspecto documental, à luz das Resoluções do CONFERE nº 1.071, de 23 de novembro de 2015 e nº 966, de 10 de outubro de 2014, bem como dos normativos do Tribunal de Contas da União – TCU, IN 63/2010, DN 154/2016 e portaria 59/2017, a Prestação de Contas do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Tocantins, apresentada pelo Sr. Davi Aparecido Silva Pereira, Diretor-Presidente do Regional, foi considerada **REGULAR**.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017.


Comissão Permanente de Auditoria – C.P.A.
Luiz Ricardo Nogueira da Silva
Auditor
Contador CRC-RJ nº 69533-6


Comissão Permanente de Auditoria – C.P.A.
Arywaldo Carvalho Neves
Auditor
Contador CRC-RJ nº 47531-2

C.P.A.

Relatório de auditor independente - Anexo do tópico 12.1

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos
Administradores e conselheiros do
CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS – CONFERE.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis do **CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DO ESTADO DO TOCANTINS**, que compreendem: Balanços Orçamentário; Patrimonial; Financeiro em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO TOCANTINS** em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades do setor público.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do **CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO TOCANTINS** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram auditadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades do setor público, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2017.

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20
SERGIO PAULO DA SILVA
Contador CRC-RJ 087960/O-0
SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO